

A pesquisa na informalidade: narrativas etnográficas de um campo minado

Michelli de Souza Possmozer

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Resumo: O objetivo deste artigo é compartilhar narrativas e percalços de uma pesquisa etnográfica, desenvolvida no decorrer de três meses, em uma comunidade de Vitória. Esse período é parte da pesquisa de campo que resultou na dissertação de mestrado “Tráfico de drogas: o mercado que adota crianças e não dispensa trabalhadores. *Uma experiência etnográfica no município de Vitória*”¹. A metodologia empregada foi a etnografia, com uso da observação no contexto de grupos criminosos, além de outras técnicas de pesquisa, como entrevistas e diários de campo, com base em Zaluar (2009). Ao descrever as narrativas de um campo minado, tendo em vista os potenciais riscos ao pesquisador, pretendo destacar as particularidades encontradas diante de um universo marcado pela informalidade: as incertezas, as relações de troca e uma assertividade em participar do estudo que não pode ser formalizada. Diante do aspecto predominantemente informal do campo, o paradigma indiciário (GINZBURG, 1989) foi fundamental para que eu percebesse as pistas, os indícios e os sinais, a fim de um melhor direcionamento e flexibilização no uso dos procedimentos metodológicos, sem, no entanto, perder o caráter científico. Os resultados dessa breve experiência etnográfica revelam a inadequação do uso do gravador em muitas situações, sobretudo diante de entrevistados ligados ao tráfico de drogas, bem como a impossibilidade de se aplicar o termo de consentimento, de modo que até mesmo indagar um traficante sobre a aceitação do mesmo poderia inviabilizar a pesquisa empírica.

Palavras-chave: informalidade; tráfico de drogas; etnografia.

Abstract: The purpose of this article is to share narratives and mishaps of an ethnographic research, developed over three months, in a community of Vitória. This period is part of the field research that resulted in the master’s dissertation “Drug trafficking: the market that adopts children and does not dispense workers. *An ethnographic experience in the city of Vitória*”. The methodology used was ethnography, by means of observation in the context of criminal groups, as well as other research techniques, such as interviews and field diaries, based on Zaluar (2009). In describing the narratives of a minefield, in view of the potential risks to the researcher, I intend to highlight the particularities found in a universe marked by informality: uncertainties, exchange relations and an assertiveness to participate in the study that can not be formalized. In the face of the predominantly informal aspect of the field, the indicative paradigm (GINZBURG, 1989) was fundamental for me to perceive clues, indications and signals, in order to better target and make flexible use of methodological procedures, without losing the scientific character. The results of this brief ethnographic experience reveal the inadequacy of the use of the tape recorder in many situations, especially in the face of interviewees linked to drug trafficking, as well as the impossibility of applying the consent term, so that even asking a trafficker about the acceptance of it could impede empirical research.

Keywords: informality; drug trafficking; ethnography.

1 Dissertação apresentada no PGCS da UFES, defendida no dia 31 de maio de 2017.

Introdução

Desenvolver uma pesquisa empírica que versa sobre temas acerca da violência urbana, como o tráfico de drogas, requer do pesquisador mais perspicácia, flexibilidade, senso intuitivo, além de um olhar atento aos detalhes e coragem para estar diante de seus interlocutores, bem como para estar inserido em um contexto de perigo onde qualquer vacilo pode significar uma ameaça contra a vida do pesquisador. Isso porque, ao falar sobre o tráfico de drogas do ponto de vista prático, é preciso conversar com aqueles que vivenciam, são vítimas e algozes dessa atividade ilícita a fim de depreender uma visão mais próxima da realidade.

No caso de Vitória, no Espírito Santo, o tráfico de drogas está visivelmente nas comunidades periféricas ao centro da cidade e bairros nobres, situado, sobretudo, nas regiões de morros. Há muitas especulações na mídia sobre como o tráfico se configura dentro dessas localidades, entretanto, são poucos os pesquisadores que se propõem a ir até esses locais. Um desses estudos foi desenvolvido por Barbosa (2012), que percorreu três comunidades de Vitória e entrevistou traficantes e ex-traficantes a fim de analisar as dimensões simbólicas da adesão de crianças e jovens ao mundo do crime. Já em São Paulo, Feffermann (2006) realizou uma pesquisa para a sua tese de doutorado e passou três anos entrevistando jovens integrantes do tráfico em uma comunidade paulista com o intuito de observar e analisar o cotidiano desses “jovens trabalhadores do tráfico”, como a autora assim os denomina.

Com exceção dos poucos trabalhos empíricos, como os citados acima, quando se tem registro sobre a existência do tráfico nas periferias brasileiras, geralmente é por intermédio de reportagens veiculadas na mídia ou trabalhos acadêmicos que coletaram depoimentos de detentos ou adolescentes em conflito com a lei privados de sua liberdade na ocasião da conversa, após o pesquisador ter logrado uma autorização da secretaria de Justiça ou Direitos Humanos para ter acesso a eles. A exemplo, a recente tese de doutorado de Amílcar Freitas (2016), que passou um período de 18 meses em duas unidades de internação na Grande Vitória e entrevistou adolescentes com idades entre 17 e 21 anos, com o objetivo de compreender como esses adolescentes em conflito com a lei percebiam suas trajetórias de vida. No Rio de Janeiro, Lyra (2013) ouviu 29 jovens que cumpriam medida socioeducativa de semiliberdade e liberdade assistida no Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor (Criam), de Nova Iguaçu. A pesquisa é fruto de sua

tese de doutorado e resultou na publicação do livro *República dos Meninos: juventude, tráfico e virtude*, que traz um panorama importante acerca da configuração do tráfico de drogas carioca.

Diante das poucas pesquisas empíricas existentes sobre o tráfico de drogas, sobretudo na região metropolitana da Grande Vitória, no Espírito Santo, enquanto pesquisadora resguardava certos receios e medos quanto a ter acesso aos interlocutores no cenário de sua vivência, ou seja, nos locais de comércio de drogas. Tanto que a pesquisa de campo que deu origem à dissertação de mestrado “Tráfico de drogas: o mercado que adota crianças e não dispensa trabalhadores. *Uma experiência etnográfica no município de Vitória*”, com duração de um ano e meio, é constituída de três etapas: pesquisa documental, entrevistas em profundidade² e etnografia, a qual ocorreu nos últimos três meses do estudo empírico.

Neste artigo, o enfoque será na terceira etapa do campo, que ocorreu em uma comunidade de Vitória, local que não terá o nome revelado em respeito aos interlocutores, que concordaram em ceder seus depoimentos na condição de que o nome da comunidade não fosse divulgado. A minha inserção como pesquisadora nessa região foi possível por meio de um informante, que me apresentou a três jovens que, em um passado recente, participaram do tráfico de drogas, e me apresentaram a outros jovens, de modo que, no decorrer de três meses, pude criar uma rede de relacionamentos que me possibilitou frequentar, durante vários dias, o ambiente de uma boca de fumo e, assim, observar e colher depoimentos de jovens e adolescentes durante as suas práticas ilícitas.

É importante ressaltar que o paradigma indiciário foi de fundamental importância no saber e fazer da pesquisa de campo, que exigia perspicácia e olhar atento aos detalhes. De acordo com Ginzburg (1989), o indiciário é um modelo de estudo científico que pode diminuir as lacunas entre racional e o irracional, com foco nas pistas, indícios e sinais que possam ajudar o pesquisador a identificar o imponderável acerca do objeto. Para o autor, os dados marginais e indícios imperceptíveis para a maioria e que podem escapar no decorrer de uma investigação sistematizada são fundamentais e chama a atenção de que esses detalhes que podem surgir no decorrer da pesquisa são essenciais para uma real compreensão do objeto.

² As entrevistas em profundidade foram realizadas com atores institucionais (Conselhos Tutelares e Creas), familiares, jovens e adolescentes em conflito com a lei, personagens que estavam relacionados aos casos coletados na fase da pesquisa documental, realizada também nos conselhos tutelares e Creas do município.

Embora a experiência etnográfica tenha ocorrido a partir do uso da observação sem a devida participação, aqui entendo com Zaluar (2009) de que a utilização da observação participante não seria possível de ser empregada no contexto de grupos criminosos, uma vez que eu não poderia participar de suas atividades ilícitas. Entretanto, mesmo a observação sem a participação que é recorrente no emprego desta metodologia não prejudica o fazer etnográfico neste contexto de compreensão de uma subcultura do mundo do crime, uma vez que “[...] por meio de entrevistas aprofundadas e outras técnicas, é possível compreender as disposições, os valores e os motivos que os levam a praticar crimes” (ZALUAR, 2009, p.566). As narrativas deste campo minado, portanto, estão atravessadas por percalços, desafios, incertezas e frustrações, mas também por descobertas e um jeito novo de fazer pesquisa de campo em comunidades de risco junto a grupos criminosos.

O campo minado

A primeira tentativa de inserção em uma comunidade de Vitória ocorreu no dia 24 de março de 2016, quando fiz a primeira entrevista com um chefe do tráfico, de 30 anos, por meio de um informante. O traficante aguardava no local combinado – situado em uma pedra, na região litorânea da baía de Vitória – junto com outro adolescente que o acompanhava. O frio na barriga por estar diante de um agente de práticas criminais, temido pelo número de assassinatos cometidos e pelos 10 anos que passou recluso em cadeias no Estado, foi inevitável. Mas o nervosismo foi passando à medida que o olhar estereotipado foi dando lugar à compreensão de que eu estava diante de um ator social. Ator que autorizou e, inclusive, sugeriu o uso do gravador, após perceber que eu não dava conta de registrar com papel e caneta tudo o que ele falava. Ele parecia ansioso em contar a sua trajetória no crime e sua percepção acerca da vivência de uma infância no tráfico.

No decorrer da entrevista, chegaram mais três adolescentes, entre eles, uma adolescente de 14 anos, sobrinha do chefe do tráfico. Eles também concederam depoimentos para a pesquisa, incentivados pelo traficante, que fez questão de mencionar que os dois adolescentes que estavam ali trabalhavam para ele na “boca de fumo”.

Na época, o traficante se colocou à disposição para participar da pesquisa outras vezes e ficou acordada a realização de uma observação na comunidade onde ele chefiava o tráfico,

desde que eu estivesse acompanhada do informante, o elo de confiança e a garantia de que a identidade dos entrevistados seria mantida no anonimato. Entretanto, não foi possível dar prosseguimento ao acordo por que o informante requeria uma recompensa em troca de tamanho favor. E, na medida em que ficaram claras as condições voluntárias de ajuda na pesquisa, o informante distanciou-se, retirando-se de campo.

A partir dessa experiência, ficaram claras as relações de troca, citadas por Zaluar (2000), as quais foram uma constante no campo empírico, sobretudo na última fase do estudo, quando este implicou contato com interlocutores ligados ao universo do tráfico de drogas. Esse campo minado, majoritariamente masculino, onde, na posição de jovem pesquisadora, estive sujeita aos olhares e insinuações de desejo de pessoas ligadas ao tráfico.

Contudo, a rede de relacionamentos construída ao longo da pesquisa possibilitou a ajuda voluntária de um morador antigo de um bairro de Vitória, situado numa região de morro e que tem como característica o tráfico intenso. Esse morador concordou em ser um informante, funcionando como elo intermediário entre a pesquisa e jovens já conhecidos dele e que haviam participado do tráfico de drogas.

Marcamos no sábado, dia 06 de agosto. Ao chegar ao local combinado, o informante logo fez a apresentação dos amigos que o acompanhavam, entre eles, os jovens que iriam conceder seus depoimentos. “Essa é a menina de que falei para vocês”. Aparentando estar receosos, os rapazes me cumprimentaram e, em seguida, disseram ter um compromisso dali a alguns minutos e perguntaram se a conversa iria se alongar. Afirmaram não ter um tempo extenso para responder a muitas perguntas e sugeriram que marcássemos outro dia. Desconfiei que esse outro dia não chegaria e os tranquilizei, com a resposta de que demandaria o tempo que eles tivessem, reiterando, em seguida, que se tratavam de depoimentos anônimos. Nessas condições, três deles aceitaram participar da pesquisa. Um dos jovens ofereceu o quintal de sua casa a fim de que estivéssemos em um ambiente mais privativo, longe dos olhares curiosos. Estava de posse de um roteiro de entrevista semiestruturado, a ser aplicado individualmente com cada um. Mas, em função da timidez, receio e impaciência que os mesmos apresentavam, segui a intuição, deixei o roteiro de lado e comecei uma roda de conversa com os três, como numa entrevista coletiva, onde os três falaram sobre a vida deles, qual o contexto de envolvimento com o tráfico de drogas e, dali por diante, as questões foram direcionadas ao contexto de crianças no tráfico de drogas.

O interessante foi que os três já estiveram detidos no sistema prisional e se consideravam *amigos do tráfico*. A expressão significa que não participam mais do tráfico local, mas ajudam os amigos quando há necessidade. Por exemplo, auxiliar na localização do paradeiro de um inimigo prestes a ser assassinado ou pegar em armas no desenlace de uma guerra entre gangues, a fim de fortalecer o exército de traficantes do grupo amigo.

A partir desse dia, a inserção na comunidade foi ocorrendo aos poucos e essa foi uma das poucas entrevistas gravadas nesta fase da pesquisa. Os períodos de permanência na comunidade variavam de 1h30 a 4 horas cada, quase sempre na companhia de um informante. Nos primeiros dias, percorremos a comunidade a pé, quando avistamos, de longe, os dois locais das bocas de fumo do bairro. Passamos por becos e escadarias, vimos crianças brincando nas ruas, o movimento dos olheiros e até pessoas do tráfico armadas, observadas de uma certa distância. Também presenciamos a ação repressiva da polícia, nas famosas “batidas” policiais, dias em que era perceptível a apreensão dos moradores em função da presença policial.

Esse período de conhecimento da comunidade foi importante porque a inserção de uma pesquisadora em um campo minado não poderia ser imediata, sendo necessários *estágios*, para que os moradores se acostumassem com a presença de uma desconhecida que não poderia ser confundida com uma agente policial disfarçada ou infiltrada de uma facção rival. Outro fator que também exigiu paciência no campo foi a ocorrência de um homicídio, uma semana após o início do campo. Em função do assassinato, a polícia estava com uma ação intensa, momento em que os jovens do tráfico estavam mais escondidos e arredios. Era, de fato, um campo minado que exigia muito tato e cuidado a fim de não trazer riscos e perigos.

A primeira frustração

Durante esse período de três meses pude vivenciar sentimentos contraditórios, de conquista e frustração, de medo e de coragem e, sobretudo, de insegurança e, ao mesmo tempo, de segurança. É como se eu morasse em uma cidade partida (VENTURA, 1995) tendo em vista que em um mesmo município há duas realidades que destoam completamente. Em um bairro qualquer de uma cidade metropolitana, um indivíduo visivelmente armado na rua causaria espanto aos demais transeuntes. Mas não é o que geralmente ocorre na favela. No alto dos morros, adolescentes, jovens e adultos andam naturalmente com pistolas na

cintura e não há, aparentemente, reação de espanto por parte dos demais moradores. Antes de ir para campo, eu tinha o costume de ver armas somente na posse de policiais civis e militares e ter contato com uma realidade divergente desta me causou medo no primeiro momento.

Tanto que minha primeira tentativa de diálogo com um gerente na “boca de fumo” foi frustrada em decorrência do medo e insegurança que senti ao me deparar com um adolescente, de aproximadamente 13 anos, manuseando uma pistola cromada. Enquanto tentava explicar ao gerente o que motivava a minha presença no local, um tremor tomou conta da minha voz quando vi o adolescente mexer na arma e segurar o pente carregado de munições com tanta naturalidade. Enquanto fumava um cigarro de maconha e me escutava atentamente com um dos ouvidos – pois o outro estava antenado no radiocomunicador que segurava na mão esquerda – o gerente percebeu o meu nervosismo e pediu que eu o procurasse um outro dia, fora do ambiente do comércio de drogas, para que pudéssemos conversar a respeito do meu estudo. Sem conseguir me acalmar, a única opção foi ir embora sem nenhum depoimento, acompanhada do informante que havia me levado até lá.

Lembro perfeitamente desta data: 12 de setembro de 2016. Estava percorrendo a comunidade junto ao informante desde o dia 06 de agosto para que, no momento certo, pudesse ir ao local de comércio de drogas. E quando o momento certo chegou, eu não consegui, pois fui tomada por um misto de sentimentos e emoções em função do choque com aquela realidade que, naquele dia, ainda não estava preparada para me deparar.

No entanto, um tempo depois de me habituar à realidade da favela até então desconhecida, o medo e a insegurança foram dando lugar à coragem e a uma sensação de segurança. Ao circular diariamente pela comunidade com um informante e conversar com moradores, sempre observando, de longe, os jovens e adolescentes no tráfico, eu fui logrando êxito em compreender aquela realidade sem tanta estranheza até eu conseguir me aproximar novamente da “boca de fumo” e, de fato, iniciar a observação.

A partir deste momento de maior proximidade com a comunidade, passei a vivenciar dias em que crianças brincavam no mesmo local onde adolescentes e adultos cumpriam o regime de plantão, alguns armados com pistolas e revólveres, outros com radiocomunicadores nas mãos, enquanto os responsáveis pela venda da droga mantinham o produto a ser comercializado em sacolas plásticas ou garrafas de vidro. A minha presença ali não mais os intimidava. Depois de ceder rapidamente um depoimento para a pesquisa,

alguns diziam que precisavam voltar para a pista³, pois estavam no seu horário de trabalho e não podiam vacilar. Nos dias em que em que a observação em campo se transcorreu, a pista do tráfico não parou um minuto, independentemente do horário ou dia da semana.

Como lidar com as incertezas do campo

O campo empírico em uma comunidade de risco está permeado de incertezas. Nesse tipo de experiência, não se pode afirmar nada sobre o dia seguinte e é preciso estar ciente de que todo o planejamento diário pode se desmantelar, em função de circunstâncias que não dependem do pesquisador. Por exemplo, o clima, pois pode cair uma chuva torrencial no dia em que marcou uma entrevista ou uma observação de campo, o que vai impossibilitar sua realização; o informante ou entrevistado não comparecer ao local na data marcada ou, ainda, o fato de estar à disposição do informante acerca do dia em que ele poderá sair a campo, que pode não ser o mesmo em que o pesquisador estará disponível para a pesquisa. Existe, assim, uma relação de dependência forte do pesquisador para com o informante.

Para minimizar essa relação de dependência visível no campo, utilizei de uma estratégia. Ao perceber, logo nas primeiras semanas, que não conseguiria avançar rapidamente no campo se estivesse na dependência de um único informante, por conta das suas limitações de horários e compromissos na sua vida pessoal, busquei perceber outros informantes em potencial. A partir dos moradores apresentados no cotidiano comunitário, identifiquei qual deles poderia facilitar o meu acesso na comunidade e aos jovens do tráfico, desde que não fosse envolvido em atividades ilícitas, para que pudéssemos circular sem receios pelo bairro.

Após duas semanas, consegui estabelecer um elo mínimo de confiança com um jovem de 35 anos, nascido no bairro e que era muito querido, além de não ser envolvido com o tráfico. Ele aceitou participar como mais um informante na pesquisa, intermediando o meu contato com outros atores comunitários. Contudo, por mais que uma pessoa se coloque à disposição, a relação de dependência continua existindo, de modo que não deixaram de ocorrer os dias em que não foi possível nem observação nem entrevistas por conta da incompatibilidade entre as agendas. Assim, a partir de outros contatos firmados no decorrer

³ Gíria utilizada no tráfico para denominar o local de trabalho dos vapores.

do campo, cheguei a mais dois informantes que auxiliaram na aproximação com os jovens no tráfico de drogas.

Após quase três meses percorrendo a comunidade, quando já era conhecida como “a menina da pesquisa”, senti-me confiante de subir na “boca de fumo” sozinha, sem a companhia de nenhum dos informantes. Ao refletir sobre esse dia, avalio que foi uma exposição demasiada e perigosa, pois nos 60 minutos passados naquele local, conversando com os adolescentes e jovens, poderia ter sido surpreendida pela polícia e estar no meio do fogo cruzado. Inclusive, o alerta sobre uma possível troca de tiros entre traficantes e policiais foi feito todas as vezes pelos próprios interlocutores. Até um jovem do tráfico, de 26 anos, que concedeu entrevista, disse ter ficado impressionado pela minha coragem em subir na “boca de fumo” sozinha para realização da pesquisa. Demonstrando certa preocupação com minha segurança, aconselhou que não repetisse a atitude em bocas de fumo de outras comunidades, pois ali naquela comunidade os traficantes seriam mais “tranquilos” e respeitavam muito os moradores e quem estivesse com eles. Mas, alertou que não é assim em todos os pontos de comércio de drogas e que havia muitos traficantes “sem Deus no coração”. Mas, nesse dia a intuição falou mais alto que a razão, experiência que rendeu ótimos depoimentos e observação.

Outro aprendizado decorrente das incursões em campo é que o entrevistado de comunidades de risco requer flexibilidade na aplicação do roteiro semiestruturado, tendo em vista que o interlocutor em específico não é qualquer ator social. Tratando-se de pessoa envolvida com o tráfico, possivelmente será intimidada pelo uso do gravador ou não permitirá que a entrevista seja gravada. O pesquisador precisa estar atento para perceber se o entrevistado estará preparado para responder às perguntas na sequência elaborada no roteiro, ou se será necessário mudar a ordem das questões no decorrer da entrevista e até deixá-lo à vontade para contar sobre sua trajetória no crime e somente depois partir para o roteiro.

Ao estar diante do interlocutor, que não é qualquer um, o pesquisador precisa ter a sensibilidade para perceber se ele quer ser ouvido. Afinal, quantos se colocam dispostos a ouvir a trajetória de vida de um traficante de drogas? Aquele que é estigmatizado como o protagonista da violência, destruidor de lares e responsável por viciar os jovens nas drogas? Assim, na minha análise, quando um traficante é convidado a falar e aceita o convite, ele quer falar. E é preciso ter a sensibilidade para ouvi-lo e estar disposto a sair do

script, bem como construir roteiros de perguntas que fujam ao senso comum e alinhado com o conhecimento de mundo a partir de quem vivencia o universo a ser pesquisado.

Consentimento não pode ser formalizado

No decorrer da experiência etnográfica, foram ficando evidentes as diferenças quanto à etapa anterior da pesquisa de campo, que foi a das entrevistas em profundidade com as figuras institucionais e os familiares, momento em que não houve problemas quanto ao emprego do termo de consentimento. Como grande parte dessas entrevistas ocorreu nos espaços institucionais, os interlocutores já eram informados pelos próprios técnicos de referência dos Centros de Referência e Assistência Social (Creas) – profissionais que mediarão as entrevistas – acerca de sua participação na pesquisa e nenhum deles apresentou resistência em assinar o termo. Contudo, quando as entrevistas eram realizadas dentro do espaço comunitário, a convite dos interlocutores, eles não viam coerência em assinar um termo de consentimento. É como se após um estreitamento dos laços entre pesquisador e entrevistado e um consequente convite para adentrar o espaço privado de suas casas já demonstrassem a confiança suficiente de que os nomes seriam mantidos no anonimato.

Já nas entrevistas com traficantes e ex-traficantes, não foi possível o uso do termo. A caminho da entrevista realizada com um chefe de tráfico, de 30 anos, cheguei a cogitar com o informante o emprego do termo, momento em que fui prontamente repreendida por ele: “Tá doida? Nada de termo, não. A garantia que você vai deixar o nome dele no anonimato sou eu, que sou amigo dele”. Na visão do informante, caso sugerisse que o traficante assinasse algo, isso poderia despertar a desconfiança no relacionamento entre os dois.

Após essa experiência, fiquei receosa em oferecer o termo de compromisso ao entrevistar pessoas que já foram ou eram ligadas ao tráfico. Até na experiência etnográfica, conversando com moradores e ex-traficantes, é perceptível que a cessão de depoimentos se dá pela confiança no informante que acompanha o pesquisador, como se a presença do informante, que é a pessoa de confiança na comunidade, já fosse garantia suficiente de anonimato.

Isto posto, o pesquisador precisa estar preparado para a pesquisa na informalidade, sabendo que os dispositivos formais, como o termo de consentimento, podem, muitas vezes, impedir a ocorrência de uma entrevista. Para traficantes e pessoas que moram nesses bairros de periferia, onde as políticas públicas não existem em sua maioria e o Estado está presente somente por meio da repressão, a legislação comum não garante nada. Essas pessoas se sentem excluídas e desconfiam de tudo, de forma que não irão se sentir seguras diante de um termo de consentimento que, juridicamente, significa o anonimato, mas não para eles, na medida em que não se sentem alcançados por essa lei. Assim como eles não se sentem protegidos pela polícia. Não é o policial que irá impedir que algum ladrão cometa um assalto, mas sim o tráfico, que pune com a morte aquele que infringir a lei local.

Um dos entrevistados, que se considera *amigo do tráfico* e, por vezes, realiza favores ao tráfico local, disse-me: “é que nós [sic] é fora da lei, né? Fora da lei não tem esse negócio de Justiça, não”. Para ele, os conflitos são resolvidos dentro da própria comunidade, é difícil um morador procurar as autoridades, como a polícia, a fim de reclamar sobre ameaças ou assaltos. Normalmente, essas questões são levadas para o gerente ou chefe do tráfico local resolvê-las, já que é o tráfico que administra a comunidade. Assim, é difícil para moradores e traficantes assinarem um termo de consentimento tendo em vista que as suas relações nunca são resolvidas no papel, nada é documentado, tudo acontece no âmbito da informalidade.

E essa informalidade é tamanha que requer cuidado nas relações que o pesquisador estabelece no campo com os entrevistados e informantes. No meu caso, um dos informantes não tinha telefone celular, de modo que, para falar com ele, era preciso ligar para o celular da sua mãe, que nem sempre estava junto dele. Então, para facilitar nosso contato, nos comunicávamos por mensagem através da rede social, o que criava uma situação por vezes informal demais. Ao ponto de que passei a ser apresentada aos outros como amiga, o que criou uma relação de aproximação com os parentes, que passaram a me convidar para as festas de família e eventos comunitários. O tempo todo eu precisava rever a minha posição de pesquisadora para não desviar do foco do estudo, sobretudo no contato com os traficantes. Em uma das entrevistas com um jovem de 22 anos, que era do tráfico local, ele se propôs a me passar o telefone dele para que eu ligasse ou enviasse uma mensagem antes de subir na “boca de fumo”, a fim de me certificar se era seguro subir ou

não. Não vi problemas quanto a isso inicialmente, mas depois que entrei em contato por meio do meu telefone celular, esse jovem passou a me enviar mensagens de *boa tarde*, puxar conversa em horários inadequados. Naquela semana, eu procurava uma forma de respondê-lo, de modo a não ser mal interpretada e mantive a postura séria de pesquisadora, respondendo somente o necessário e tentando tornar aquele contato mais formal. Até o momento em que esse jovem mandou uma mensagem numa noite perguntando se eu era solteira, momento em que eu percebi que não poderia mais estabelecer aquele tipo de relação, considerando que eu sou mulher, não conhecia aquele jovem e ele estava na condição de fora da lei. Desde então, não troquei mais telefone com nenhum desses jovens envolvidos com o tráfico.

No decorrer do campo, senti que o fato de ser mulher e jovem pode ter me favorecido na aproximação com os entrevistados, que ficavam menos desconfiados e viam com mais simpatia a posição de pesquisadora, uma vez que um homem despertaria mais desconfianças. Entretanto, o gênero me prejudicou um pouco por conta de estar num campo majoritariamente masculino. Quando saía para visitar a comunidade, procurava estar o mais simples possível e não utilizar nenhum tipo de maquiagem ou adorno com o objetivo de não chamar a atenção. Fui advertida por moradores com relação a mulheres de traficantes que poderiam ficar enciumadas, então, buscava sempre cumprimentar a todas, com o máximo de discrição. Por muitas vezes, ao passar pelas bocas de fumo, ouvi os comentários insinuosos de alguns jovens, elogios e comentários que eu fazia questão de ignorar. Embora nenhum deles tivesse chegado diretamente para mim e dito qualquer tipo de galanteio, sentia que o mesmo não ocorria porque eu estava acompanhada de informantes respeitados no bairro. Tanto que, em um evento comunitário que estive presente, um dos informantes me confidenciou que um gerente do tráfico fez indagações a meu respeito, pois havia ficado interessado em mim. O informante contou a ele que eu era uma pesquisadora e que não seria possível esse tipo de aproximação, no entanto, caso ele quisesse participar da pesquisa, poderia conceder um depoimento. Entretanto, o gerente sentiu-se receoso em conversar comigo para fins de pesquisa porque o interesse dele era outro, então, recusou o convite em participar, o que também me deixou aliviada tendo em vista as intenções já explanadas pelo traficante. Como mencionou um de meus informantes, eu estava em um campo minado, portanto, todo cuidado com vistas a garantir a minha segurança seria necessário.

Conforme registrado no diário de campo do dia 27 de outubro, eu estava na “boca de fumo” acompanhada de um dos informantes, quando um morador nos fez um alerta sobre as idas frequentes àquele local nos últimos dias. Segundo ele, já havia especulações sobre as minhas visitas na “boca de fumo” que poderiam chegar até o conhecimento do patrão, o que poderia não ser favorável. A sugestão é que eu fosse até a comunidade no sábado seguinte para, então, ser apresentada ao patrão e passar, portanto, todas as intenções da pesquisa. Desse modo, o próprio chefe do tráfico poderia indicar as pessoas que poderiam ser entrevistadas e eu não seria vista como alguém que está “pescoçando”⁴ as atividades da “boca de fumo”.

Diante desse alerta, marcamos o meu retorno para o sábado seguinte, entretanto, não foi possível porque caiu uma chuva torrencial durante todo o dia. Depois disso, no mês de novembro, voltei duas vezes no final de semana e encontrei esse morador, contudo, por algum motivo o chefe do tráfico não estava pelas redondezas. Ele explicou que o patrão não fica no local durante a semana, pois só aparece nos finais de semana quanto tem a certeza de que não há incursões policiais no morro.

De frente com o patrão

Quando cheguei à “boca de fumo” acompanhada do informante, no dia 26 de novembro de 2015, por volta das 14h25, o local estava cheio de adolescentes e jovens, armados, como de costume. O informante aproximou-se do patrão, que estava na esquina, segurando uma sacola nas mãos que, inicialmente, pensei estar com drogas, mas logo depois o próprio chefe do tráfico mostrou-me o que havia dentro do saco plástico: um vidro com óleo de unção, levado por uma missionária evangélica do bairro a pedido dele.

Curiosa e paradoxalmente, a primeira pergunta que o patrão me fez, após eu me apresentar e explicar o conteúdo da pesquisa, foi: “Você também é irmã?”. Meio desconcertada e sem entender questioneei o que significava a pergunta e ele, de pronto, refez a pergunta: “você é evangélica?”. Respondi que grande parte da minha família frequentava a igreja batista e que eu ia quando criança, o que foi suficiente para o patrão afirmar “então, vou te chamar de irmã”. E a partir daquele momento, ele começou a falar de um modo que me pareceu de uma forma até descontrolada, que eu não esperava, considerando o seu perfil criminoso.

⁴ Gíria que significa bisbilhotar.

O patrão vestia camisa e bermuda notadamente de alguma *grife* e portava um relógio de ouro imponente no braço direito. Ele não estava armado, pois fez questão de levantar a blusa para que eu certificasse o que estava dizendo. Tal gesto, talvez, tenha sido uma tentativa de me convencer que ele não era o monstro perigoso que pintam de sua figura, já que eu estava diante de um dos criminosos que constava na lista dos 10 mais procurados do Estado, informação dada por ele próprio. Observei, contudo, que o patrão estava acompanhado de três jovens armados, posicionados ao redor dele, durante a entrevista. Segundo o patrão, os parceiros fazem a proteção dele no morro, onde só porta armamento caso seja alvo de perseguição policial ou esteja correndo risco de morte.

O meu gravador estava na bolsa, mas nem cogitei pegá-lo ou pedir autorização para tal. O traficante parecia tão à vontade em sua fala, compartilhando diversas informações a respeito do tráfico, da vida pessoal, sobre como chegou a comandar o morro, que tive receio de que interrompê-lo para questionar a possibilidade de utilizar um gravador pudesse intimidá-lo. Até que depois de aproximadamente 10 minutos de fala ininterrupta, momentos iniciais em que eu só escutei, abri o caderno e pedi permissão para fazer anotações.

Conforme já havia previsto a partir das experiências de entrevistas com outros traficantes, o roteiro de entrevista não foi seguido mediante o planejado. Informações novas fornecidas pelo patrão requeriam outras perguntas, de modo que seguir a ordem estipulada no roteiro já não fazia sentido. Era nítido que aquele comerciante de drogas queria falar, pois ele gesticulava e desabafava sobre os “difíceis ganhos fáceis” (BATISTA, 2003) da vida do crime. O mesmo homem que se considerava “dono” de toda uma região e tinha a seu dispor cerca de 300 trabalhadores, entre eles crianças, adolescentes, jovens e adultos, precisava passar o tempo todo se escondendo. Era dono de mansões e fazendas onde não podia morar, segundo ele mesmo afirmou, pois o risco de ser encontrado pela polícia era alto. O dinheiro que conquistou concedia ao chefe do tráfico o poder de comprar o que desejasse e proporcionar os bens de consumo que os filhos quisessem, no entanto, não lhe possibilitava usufruir de coisas simples, como ir à praia ou caminhar nas ruas tranquilamente.

Para aquele que se autodenominava *patrão* e que afirmou que teria optado por outro caminho se soubesse o quão difícil era a vida no crime, um grande desejo era retirar as crianças e adolescentes do tráfico. Mas, segundo ele, a aceitação desses trabalhadores

novos em idade é inevitável, pois caso ele se recuse a oportunizar uma vaga, outros pontos de venda de drogas irão aceitá-los. “Então, é melhor eles aqui do que cum [sic] os inimigos”.

Após quase duas horas de frente com o patrão do morro, encerrei a entrevista, pois o relógio já marcava 16h20 e eu começava a ficar apreensiva pelos riscos. Houve um momento que meu coração disparou quando três jovens chegaram até nós, correndo e gritando, empunhando suas pistolas, afirmando que tinham visto uma viatura do Grupo de Apoio Operacional (GAO), da Polícia Militar, passar próximo dali de onde estávamos. Mas logo o patrão me tranquilizou de que poderia ficar à vontade, pois caso a polícia se aproximasse, havia muita gente na “escolta” para emitir o alerta de perigo. Contudo, a intuição me dizia que precisava ir embora e considerar encerrado o trabalho de campo.

Considerações finais

Ao final de três meses de pesquisa etnográfica, dialogando cotidianamente com moradores e trabalhadores do tráfico e coletando depoimentos de adolescentes e jovens no decorrer dos períodos de observação na “boca de fumo”, foi possível obter dados qualitativos importantes para a compreensão do tráfico de drogas naquela comunidade, a partir da interação com quem vivência o cotidiano do tráfico de drogas em uma comunidade de risco.

Embora, de fato, seja um campo minado, é muito que mais pesquisadores estejam dispostos a percorrer os caminhos necessários para a realização da observação e da coleta de depoimentos no local da vivência dos grupos taxados de criminosos pela sociedade. Sabe-se que o estudo científico exige uma série de procedimentos metodológicos que proporcionam credibilidade ao processo de pesquisa, contudo, é preciso que o pesquisador tenha também a sensibilidade para perceber os momentos em que será preciso utilizar de certa flexibilidade desses métodos para que, assim, a pesquisa possa fluir. A experiência neste estudo possibilitou-me perceber que o campo em comunidades de risco é cheio de incertezas e perigos e, ao mesmo tempo, desafia o pesquisador a lidar com a pesquisa na informalidade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Lohaine Jardim. Reflexões acerca do valor simbólico do “mundo do crime”: “a outra família”. **Sinais**. Vitória: CCHN, UFES, ed. n. 11, v. 1, junho, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/sinais/article/viewFile/4575/3559>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

BATISTA, Vera Malaguti. **Díficeis ganhos fáceis**: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

FEFFERMANN, Marisa. **Vidas arriscadas**: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

FREITAS, Amílcar Cardoso Vilaça de. **E isso é bandido?** Engajamentos à vida do crime na Região Metropolitana da Grande Vitória. 248 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 2016.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In:_____. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. Tradução: Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-180.

LYRA, Diogo. **A república dos meninos**: juventude, tráfico e virtude. Rio de Janeiro: Mauad X FAPERJ, 2013.

VENTURA, Zuenir. **Cidade Partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Braziliense, 2000.

ZALUAR, Alba. Pesquisando no perigo: etnografias voluntárias e não acidentais. **Mana**, vol. 15, n. 2, Rio de Janeiro, p.557-584, out. de 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v15n2/a09v15n2.pdf>>. Acesso em: 27 de nov. 2016.